

EXISTE UMA LINGUAGEM POÉTICA?

seguido de

OBRA E INTERTEXTUALIDADE

Karlheinz Stierle (n. 1936) foi um dos primeiros discípulos da «Escola de Konstanz», a qual, através dos esforços combinados de Hans-Robert Jauss, Wolfgang Iser, Wolfgang Preissendanz e Manfred Fuhrmann, não só introduziu no discurso universitário uma série de conceitos e instrumentos de análise habitualmente desconhecidos no âmbito da Germanística, mas também aperfeiçoou a sua própria metodologia de análise, que ficaria conhecida como *Estética da Recepção*.

Principais Publicações do Autor:

Text als Handlung: Perspektiven einer systematischen Literaturwissenschaft. München: UTB, 1975.

Der Mythos von Paris: Zeichen und Bewußtsein der Stadt. München: DTV, 1993 (trad. francesa: *La Capitale des Signes: Paris et son Discours*).

Ästhetische Rationalität: Kunstwerk und Werkbegriff. München: Fink, 1997.

Francesco Petrarca: Ein Intellektueller im Europa des 14. Jahrhunderts. München: Hanser, 2003.

Série Quasar

Direcção e coordenação científicas de Ana Luísa Amaral, Pedro Eiras e Rosa Maria Martelo

Karlheinz Stierle

EXISTE UMA LINGUAGEM POÉTICA?

Seguido de

OBRA E INTERTEXTUALIDADE

apresentação e tradução de Rui Mesquita

edições
quasi

UMA POSSIBILIDADE DO DISCURSO

O estruturalismo francês constituiu um marco decisivo na história da teoria da literatura; a conciliação de metodologias de análise literária, como o formalismo russo e o *New Criticism*, e dos mais recentes desenvolvimentos na área das ciências humanas, mormente na psicologia, na linguística e na antropologia, motivou uma densificação assinalável dos conhecimentos sobre a literatura e os seus métodos de análise, cujo impacto ainda hoje é sentido nos estudos literários. A promessa de cientificidade oferecida pela poética estrutural foi irresistível para uma disciplina cuja ansiedade em relação ao seu próprio estatuto no conjunto das ciências exatas e humanas é sobejamente conhecida; tanto mais que a poética estrutural desenvolveu de facto um aparato crítico-teórico com que estudar o fenómeno literário de uma forma assumidamente rigorosa e sistemática. Mesmo depois de as premissas do estruturalismo terem sido, a partir do final da década de 60, amplamente revistas e corrigidas em diversos textos (entre os quais podemos citar a conferência de Jacques Derrida, «A Estrutura,

o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas» (1966), e o estudo de Roland Barthes, *S/Z* (1970), o método da poética estrutural foi superado mais do que propriamente denegado, ou seja, foi problematizado em conjunto com uma série de questões que excluía *a priori* (a diacronia, a *différance*, a *disseminação*).

É indispensável invocar este contexto de forma a situar os dois artigos de Karlheinz Stierle aqui reunidos, «Existe uma Linguagem Poética?» (1982) e «Obra e Intertextualidade» (1983), uma vez que discutem dois conceitos caros aos estudos literários de inspiração (pós-)estruturalista: o de *linguagem poética* e o de *intertextualidade*. Embora as Humanidades de língua alemã fossem dominadas pela Teoria Crítica baseada na «Escola de Frankfurt» e pela hermenêutica literária, inspirada em particular pela obra de Hans-Georg Gadamer, tal não impediu que a poética estrutural fosse rapidamente assimilada nas universidades alemãs (sobretudo quando, no final da década de 60, foi utilizada como arma de contestação à hegemonia «crítico-hermenêutica»). Para esse efeito, foi fundamental a criação do departamento de Estudos Literários na Universidade de Konstanz, o qual rapidamente se afirmou, através dos esforços combinados de Hans-Robert Jauss, Wolfgang Iser, Wolfgang Preisendanz e Manfred Fuhrmann, como o centro dos mais recentes desenvolvimentos nos estudos literários de língua germânica. A dita «Escola de Konstanz» não só

introduziu no discurso universitário uma série de conceitos e instrumentos de análise habitualmente desconhecidos no âmbito da Germanística, mas também aperfeiçoou a sua própria metodologia de análise, que ficaria conhecida como *Estética da Recepção*.

Karlheinz Stierle (n. 1936) foi um dos primeiros discípulos da «Escola de Konstanz», e a sua conferência «Für eine Erweiterung des hermeneutischen Zirkels» (1985) («Para um Alargamento do Círculo Hermenêutico») resume as várias perspectivas com que pretendeu contestar aquilo que considerava ser a falta de sistematicidade dos estudos inspirados pela hermenêutica literária, à qual opõe a formação de um círculo «hermenêutico-estrutural» que concilie as intuições de Gadamer e Heidegger com a necessidade de método e de rigor que o estruturalismo francês havia proclamado. Contudo, Stierle refuta a pretensão de descrever o texto apenas enquanto estrutura, pois só a atenção ao texto em toda a sua complexidade concreta permite descrever adequadamente a experiência estética. A função principal dos estudos literários é a de potenciar tanto a escrita como a leitura dos textos, ou seja, a de explicitar os processos da experiência estética de forma a poder orientar autores e leitores na sua relação com a literatura. A formalização de um conjunto de métodos de análise não deve ser efectuada à custa da diversidade de contextos em que acontece a experiência estética; e Stierle, em consonância com a

«escola de Konstanz», confere uma enorme importância à questão do leitor, pois só a objectivação mútua dos pontos de vista do autor e do leitor permite recuperar os esquemas literários aplicados tanto no acto de comunicação literária.

A mutualidade existente entre autor e leitor é uma questão sempre presente nos dois artigos aqui reunidos, e remete para um estado de coisas exterior ao texto cuja relevância para os estudos literários é defendida intransigentemente por Stierle, em oposição a um pensamento estritamente *textualista* que se revê, por exemplo, no conceito de «linguagem poética». Aquilo que Stierle contesta nas diferentes definições de «linguagem poética» por si apresentadas, desde a de Valéry à de Bakhtine, é o pressuposto de uma diferença radical entre a poesia e a linguagem prática. A característica fundamental da linguagem poética é a de ser uma linguagem secundária, ou seja, podemos falar de um signo poético quando o signo linguístico remete para a sua própria materialidade plurifacetada; como também refere Stierle, «não há signos capazes de descrever uma significação poética específica». A linguagem da poesia é, retomando a expressão de Mallarmé, um «instrumento de ficção», pois que não informa sobre mais do que o seu «princípio de ficcionalidade». Não se encontra ancorada num contexto pontual e não pretende nem satisfazer uma necessidade

primária, como a linguagem prática, nem construir um metadiscurso sobre esta linguagem (como a linguagem científica). A linguagem da poesia pretende apenas realizar as virtualidades polissémicas da linguagem e revelar a «coerência de uma pluralidade de contextos simultâneos». Stierle pretende salientar deste modo que a poesia é uma construção linguística entre várias, determinada por uma *norma* particular; daí que seja preferível falar de uma *norma poética* em vez de «linguagem poética». A poesia não é um recurso limitado, mas sim uma possibilidade do discurso, cuja riqueza manifestamente excede todos os possíveis usos que uma determinada comunidade linguística lhe possa atribuir; distinção esta que tem importantes implicações metodológicas.

A hipótese de que possa ser constituída uma linguística dos signos poéticos, uma *poética*, que acompanhe a Linguística é deste modo refutada. Uma vez que a norma poética se realiza num nível intermédio, que não pode ser confundido com o da língua¹, o estudo dos signos poéticos deve ser enquadrado, no parecer de Stierle, dentro da Semiótica²; a Linguística não pode oferecer o quadro

¹ Note-se que o autor utiliza o mesmo termo, *Sprache*, para designar tanto o conceito de «linguagem» como o conceito saussuriano de «língua»; indeterminação que respeitamos na tradução.

² Embora não especifique neste artigo de que forma pode a Semiótica enquadrar os estudos literários, Stierle refere em outros textos como a Semiótica pode auxiliar o estudo dos diversos contextos de significação;

conceptual adequado para a descrição dos signos poéticos ou conferir por afinidade uma aura de cientificidade aos estudos literários. Por outro lado, a proposta de subtração dos estudos literários à esfera da Linguística deve ser entendida também como uma recusa do objectivismo literário contestado por Jauss em *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária* (1970): na verdade, a aplicação de um conceito decalcado da *langue* saussuriana à poesia implica a omissão da possível existência de géneros e estilos divergentes ou mesmo em conflito, de não-contemporaneidade dos contemporâneos, das próprias diferenças de inserção dos textos literários na sociedade e no mercado; em suma, da natureza da poesia enquanto criação social.

A noção de «norma poética» reabilita também um entendimento diacrónico do fenómeno literário, que se opõe naturalmente ao pendor estritamente sincronicista do estruturalismo (e da própria noção de «linguagem poética»). Embora o autor, neste artigo, apenas insinue a extensa análise histórica do surgimento do género lírico e de uma noção específica do «poético» incluída nos seus estudos *Francesco Petrarca* e *Der Mythos von Paris*, são indicadas as potencialidades da noção de «norma poé-

cita, em «Für eine Erweiterung des hermeneutischen Zirkels», o caso de Paul Ricœur como um exemplo de simbiose entre o rigor estrutural e a atenção semiológica, entre o «objectivo» e o «existencial».

tica» quando aplicada, por exemplo, à transformação que a lírica petrarquista motivou na poesia ocidental, ou ao distanciamento que o princípio de «ficcionalidade» provocou em relação às teorias miméticas da literatura. É uma noção que permite descrever a poesia como fenómeno histórico e social, simultaneamente individual e colectivo, particular e geral: dado que exclui necessariamente as hipóteses de sabor idealista sobre uma «linguagem original» (a que se reduz por vezes a noção de «linguagem poética»), enfatiza o papel fulcral do poeta enquanto criador da sua própria norma, ou seja, daquele que, a partir de uma pré-selecção linguística (à qual damos o nome de tradição literária), é capaz de impor a sua própria selecção. É esta imposição que, por sua vez, se afigura como a própria força motriz da evolução literária.

O exame crítico do conceito de «linguagem poética» conduz assim a uma concepção do texto poético ancorada na complexidade do acto de fala. O texto poético explora todos os recursos e possibilidades que somente o acto de fala oferece: a sua natureza marcadamente oral não só é a razão da sua irreduzível individualidade, mas também da sua ligação matricial à língua na qual é produzido. Há deste modo um carácter duplo do texto literário pelo qual este é simultaneamente individual e colectivo, particular e geral; é entre estes dois pólos que

se constrói a sua identidade. Embora o texto literário se centre em si mesmo, integra-se simultaneamente numa constelação literária, por via da relação que, desde os estudos de Julia Kristeva, designamos por *intertextualidade*. No entanto, ao contrário do pressuposto pelo modelo kristeviano, a intertextualidade não é, no entender do autor, um momento de perda de identidade do texto literário, mas sim, pelo contrário, o da afirmação plena da sua identidade e polissemia. Karlheinz Stierle recusa deste modo a concepção estruturalista da linguagem poética enquanto sistema finito de códigos literários sem que, no entanto, adopte o pensamento anti-humanista de Julia Kristeva e do grupo *Tel Quel*. Com efeito, a sua teoria da intertextualidade admite uma relação dialéctica entre o particular e o geral, o estilo e o género, na qual o sujeito desempenha um papel fulcral. Embora o texto literário seja determinado por outros textos, a «selecção sobre uma pré-selecção» que constitui a norma poética não pode ser realizada sem uma intervenção autoral, capaz de renovar essa norma e assim realizar os imperativos de originalidade e de individualidade que assistem à criação artística.

A intertextualidade é o ensejo para a criação de uma norma poética própria que constitui o momento de criação literária, e também o motivo pelo qual a polissemia do texto literário é inesgotável: uma vez que existe uma incoincidência fundamental entre as constelações literá-

rias convocadas pela obra e pelo leitor, o contacto com o texto literário será sempre acompanhado pela introdução de elementos novos, imprevisíveis num contacto anterior³. Dado que «cada poeta tem de renovar a norma da sua poesia», o princípio da intertextualidade e o da evolução literária não podem ser dissociados; pois que o momento da criação literária é ao mesmo tempo o da convocação de um determinado código literário e o da sua alteração. Há uma *convergência parcial* entre os diferentes textos literários, com base na qual cada texto repete um outro (e este é o fundamento da análise literária) e simultaneamente o transforma, o transcende, de forma a criar um objecto absolutamente novo, ou seja, uma constelação textual única, porque derivada do contexto específico em que foi criada. A dimensão centrífuga do texto pela qual ele remete para o seu contexto é deste modo um elemento fundamental da intertextualidade e da sua natureza *parcial*.

Seja qual for o aspecto da relação intertextual que abordemos (Stierle enumera o aspecto semiótico, o fe-

³ Stierle apresenta o exemplo paradigmático de *As Novas Mágoas do Jovem W.*, no qual Plenzdorf aproxima dois textos aparentemente sem nada que os associe, o *Werther* de Goethe e *Uma Agulha no Palheiro* de Salinger, e revela assim não só a profunda congruência entre ambos os textos mas também as suas possibilidades de reinterpretção quando perspectivados no contexto das alterações culturais verificadas na juventude da antiga Alemanha de Leste.

nomenológico e o hermenêutico), a relação intertextual nunca é uma relação estritamente textual. A intertextualidade, de acordo com o autor, não designa a dispersão ilimitável de textos e conexões textuais apresentada nos estudos de Julia Kristeva; a polissemia textual decorre, antes de tudo, da diversidade de contextos convocada pela relação com o texto literário (ou a obra de arte em geral). Podemos dizer que Stierle opera uma *des-textualização* dos estudos literários, na medida em que introduz um conjunto de situações exteriores ao texto e o apresenta como um elemento fundamental da própria intertextualidade; pois que a produtividade da relação intertextual é motivada precisamente por um estado de coisas exterior ao texto que a torna, na sua *parcialidade*, particularmente iluminadora. Do mesmo modo, a relação crítica, enquanto relação intertextual, só se torna produtiva na medida em que for capaz de assimilar o seu próprio contexto específico ao da obra analisada e, a partir daí, retirar um determinado elemento novo que potencie a experiência estética.

Se, por um lado, a crítica literária é validada pela existência de um aspecto *convergente* nos textos literários, ela depara-se, por outro lado, com a dificuldade de descrever aquilo que neles é absolutamente único e irrepetível. A análise comparativa e intertextual é deste modo fundamental para a crítica literária, mas não garante a descrição plena e abrangente do fenómeno lite-

rário. Por via da *convergência parcial*, a crítica literária pode dizer *aquilo que um texto não é*, sem que contudo esteja habilitada a dizer *aquilo que o texto é*; e, de certo modo, não é outra a forma de a crítica literária descrever adequadamente a dimensão própria da obra poética. Como refere Karlheinz Stierle no artigo «Sprache und die Identität des Gedichts» (1979) («Linguagem e a Identidade do Poema»), a criação poética é a encenação do conflito dialéctico entre a identidade e a liberdade do poema, entre a afirmação da sua pertença a uma língua ou uma tradição e a urgência de mostrar a sua «coerência de uma pluralidade de contextos simultâneos», conflito este mediado pela linguagem figurada (na qual a metáfora ocupa a posição central) e cuja resolução é a construção de uma identidade complexa do poema, não concebível em termos opostos aos da sua liberdade e acessível apenas aos mais elevados desígnios. Mas este conflito só pode ser resolvido pelo próprio poema, e eis uma condição que os estudos literários não devem perder de vista.

Rui Miguel Mesquita